



PETROLEIROS PARAM EM DEFESA DA PETROBRAS

FRENTE À CRISE, MUDAR A POLÍTICA ECONÔMICA

Operação Lava Jato
Ultrapassando os limites
pág. 4

Luta de classe
Semestre começa quente
pág. 6 e 7

Partido
Frente para quê?
pág. 9

História
A derrota dos EUA no Vietnã
pág. 10

Pós-graduandos em luta contra cortes na Educação

Durante a 67ª reunião SBPC representantes do governo foram questionados

Representados pela Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG), os pós-graduandos realizaram uma série de atos contra o Plano Levy e o corte de verbas na Educação, Ciência e Tecnologia durante o maior evento de Ciência da América Latina, a 67ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), de 12 a 18 de julho, em São Carlos (SP).

Mestrandos e doutorandos protestaram e entregaram uma carta aberta a três representantes do governo federal, solicitando que interfirmam junto à presidenta Dilma para por fim a política de ajuste fiscal do Plano Levy, começando por reverter os cortes no Ministério da Educação (MEC) e no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Estavam presentes o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo, o Secretário Executivo do MEC, Luis Claudio Costa, e o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Carlos Afonso Nobre.

Situação alarmante

No total foram cortados R\$ 9,5 bi do MEC e R\$ 1,8 bi do MCTI, em maio. Há também cortes nas verbas de custeio dos programas de pós-graduação

(75%), e em verbas para compras de equipamentos e obras, em 100%. Segundo diversos dirigentes universitários como declara o FOPROP (Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa), os cortes poderão levar até a paralisação das atividades em alguns programas. A situação nos programas de pós-graduação é verdadeiramente alarmante.

Isto só agrava a situação dos pós-graduandos, que já são privados de direitos básicos, tais como licença saúde, licença maternidade, contribuição previdenciária específica e data-base para reajustes anual do valor das bolsas.

Em abril, a uma delegação da ANPG que foi recebida em Brasília, Costa afirmou que oficializaria uma comissão de negociação entre a ANPG, o MEC e a CAPES, que não se reuniu até hoje. Na SBPC, Costa disse que ainda não houve tempo hábil para constituí-la e sobre os cortes, justificou que houve uma frustração



Protesto dos pós-graduandos durante a reunião da SBPC

de arrecadação no MEC e que não há cortes de bolsas de iniciação científica nem da pós-graduação. Porém, afirmou que haverá e que o MEC "deve contribuir com o ajuste fiscal".

A diretoria da ANPG luta contra os cortes. Para a ANPG, os recursos da Educação, Ciência e Tecnologia não podem ser sequestrados para pagar os juros da dívida pública. Por isso a entidade decidiu somar-se a mobilização do dia 11 de agosto, adotada durante o congresso da UNE, para paralisar as universidades, realizar assembleias e debates onde deve estar no centro a reversão dos cortes no MEC e o MCTI e a luta para por abaixo o Plano Levy de ajuste fiscal.

Roberta Salgado

Creches e pré-escola: R\$ 3,4 bilhões a menos

Os cortes na Educação vão impactar diretamente a construção de unidades de ensino infantil e ameaçam inviabilizar a expansão da oferta de vagas para crianças de até 05 anos. A retirada das verbas, que representam 37% do corte total do MEC, vai comprometer a meta do PNE de que todas as crianças de 4 e 5 anos estejam matriculadas até 2016 na pré-escola.

Oito milhões de crianças de zero a 3 anos estavam fora das creches, em 2013, de acordo com o próprio governo, de um total de quase 11 milhões de crianças nessa faixa etária. Isso significa que milhões de mães que precisam trabalhar não têm qualquer apoio do Estado para cuidar de seus filhos. Mallu, de 3 anos, é um exemplo. Desde que nasceu, está na fila de espera em creches públicas de Juiz de Fora, MG. A mãe, Nicolle Delmonte precisou abandonar a faculdade e, para poder trabalhar, paga cerca de R\$ 500,00 mensais para uma creche particular. Para conseguir, precisa contar com o apoio de familiares. Mas a maioria das mães não consegue arcar com esse custo.

Dilma havia se comprometido com a construção de 6 mil creches, ainda no seu primeiro mandato, em parceria com municípios. Mas até março desse ano, apenas 786 unidades haviam sido concluídas. Com R\$ 3,4 bilhões a menos, a meta fica cada mais longe. E milhares de jovens e mulheres continuam sendo forçadas a deixar os estudos e os trabalhos, e a depender economicamente de namorados, maridos ou outros familiares.

Os cortes também atingiram a Avaliação Nacional da Alfabetização, que seria realizada pelo Inep (instituto ligado ao MEC), foi suspensa, conforme publicado no jornal "O Estado de S. Paulo".

Responsáveis pela chacina do Cabula são absolvidos

Morte de 12 jovens no bairro de Salvador foi "em legítima defesa", diz a Justiça

No dia 6 de fevereiro a Polícia Militar da Bahia executou 12 jovens no bairro do Cabula, em Salvador (a população fala em 19). Segundo o promotor David Gallo, foi "execução sumária", mas a Polícia Civil concluiu por "legítima defesa", e a juíza Marivalda Almeida Moutinho, numa rapidez incomum, absolveu os nove policiais. Segundo um morador: "Todos estavam com as mãos para cima, outros com a mão na cabeça". O caso ficou conhecido como a chacina do Cabula e revoltou a população do local.

A Bahia é o terceiro Estado no ranking de mortes de jovens por policiais. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2013, foram 234 jovens mortos "em confronto" com a PM. Esse é mais um exemplo da destruição física da

juventude da periferia, promovida pela PM, herança da ditadura.

O governador Rui Costa (PT), após a chacina, afirmou que a polícia é como "artilheiro na frente do gol". Os trabalhadores baianos elegeram Rui, em primeiro turno, para atender suas reivindicações e impedir o retorno da política do falecido ACM. No 5º Congresso do PT, realizado em Salvador, a revolta se manifestou quando o governador foi recebido aos gritos de "Cabula", assim que começou seu discurso.

A sentença da juíza, a declaração de Rui Costa dá a licença para que a PM possa matar! A punição dos responsáveis é tão necessária quanto a desmilitarização da PM e o fim dos autos de resistência!

Rodrigo Lantyer

Em defesa da Petrobras

JR se somou à luta dos petroleiros



São Francisco (SC), foto enviada por jovens da JR

Militantes da Juventude Revolução (JR) ajudaram a reforçar os piquetes da greve nacional convocada pela FUP, desde a meia-noite do dia 24/07 (ver pag.6). Em Guarulhos (SP), ajudaram a paralisar o Terminal de Distribuição. Em São Francisco do Sul (SC), a concentração foi no terminal operado pela Transpetro. E em Salvador (BA), o reforço foi no prédio administrativo, o Ediba. Em São Paulo, a JR também havia participado dos atos organizados

pelo Sindipetro SP que antecederam e construíram a greve.

A defesa da Petrobrás, sob o ataque da mídia, do Senado e agora da própria direção da empresa, tem tudo a ver com os interesses da juventude. As mudanças na lei da partilha que estão sendo propostas pelo Serra (PSDB) e outros entreguistas atingem diretamente as verbas da educação, que estão inscritas no Fundo Social do Pré-Sal e podem chegar a mais de 300 bilhões de reais.

É a economia, presidente Dilma!

A nuncia-se, nesse mês de agosto, um acirramento da crise política aberta desde a reeleição de Dilma, pelos derrotados em outubro de 2014, para pressionar pela aplicação da política pró-imperialista, rejeitada nas urnas.

Um acirramento que se avoluma frente a um governo fragilizado, justamente porque, cedendo às pressões, abre terreno para as forças reacionárias avançarem.

A queda de popularidade de Dilma, na última pesquisa da CNT (Confederação Nacional dos Transportes) mostra o que se vê: para 84,6% a economia é a principal razão do descontentamento com o governo.

São os trabalhadores que vêem o desemprego crescer em ritmo acelerado, que perdem emprego e direitos – e agora, com a Medida Provisória 680, do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), em alguns setores estarão confrontados à chantagem de manter o emprego com os salários rebaixados.

São os pequenos comerciantes que vão fechando as portas e as famílias que vão reduzindo o consumo.

São os que sofrem com os cortes orçamentários nos serviços públicos.

São os petroleiros – e todos que precisam que a riqueza nacional seja usada em benefício do povo – que vêem o desmonte da Petrobras em curso.

São, enfim, os que decidiram avançar para uma nação soberana os que sofrem as consequências da política econômica que avança, a passos largos, a submissão do país ao imperialismo.

PLANO LEVY TROMBADA COM OS ANSEIOS POPULARES

Esse é o ponto de partida e de chegada do Plano Levy. E, até a chegada, é preciso avançar as reformas estruturais – como a flexibilização do mercado de trabalho, privatizações e concessões – como exige o capital financeiro.

Para sair da crise política é preciso mudar a política econômica, em favor de uma política que corresponda aos anseios dos que deram a reeleição ao PT.

Essa exigência, que maçou o primeiro semestre, vai continuar a ser levantada, porque agosto anuncia também um aprofundamento da luta dos trabalhadores em defesa de seus interesses.

“A greve de 24 horas desta sexta-feira foi a primeira de uma contundente mobilização da categoria”, diz a Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT), sobre a paralisação de 24 de julho, em cujo centro está a luta contra

o desmonte da Petrobras, sob o comando de Bendine (já apelidado pelos petroleiros de “Vendine”).

Depois dessa primeira paralisação, onde os petroleiros demonstraram, de norte a sul, a disposição de defender os seus interesses e os da nação, os sindicatos filiados à FUP se reunirão no início de agosto, para tirar um novo calendário de paralisações, o que pode ser um importante ponto de apoio na via da unidade necessária para barrar o retrocesso que a atual política econômica representa.

A CUT, no último dia 28, realizou uma manifestação, diante do Ministério da Fazenda em Brasília. Numa faixa da CUT-DF se lia “Abaixo o Plano Levy e o ajuste fiscal”. Os docentes das universidades federais que estão em greve, os servidores públicos federais que estão em campanha salarial, todos vêem suas reivindicações baterem no muro do plano de ajuste fiscal comandado por Levy.

Antes que seja tarde, é preciso ouvir os trabalhadores. De novo, serão os setores organizados que derrotaram o retrocesso nas urnas, os que podem derrotar o “jogo combinado”, entre o PSDB, setores ditos aliados, Congresso Nacional, Judiciário, todos a serviço do imperialismo e defender o mandato conquistado e a democracia.

OS NOSSOS

Faleceu dia 9 de julho passado a camarada Solange Souza Santos, que há mais de uma década militava nas fileiras da 4ª. Internacional, na região sul da capital paulista, no bairro do Campo Limpo.

Professora da rede municipal há quase 30 anos, iniciou sua militância em 1974, sob a ditadura militar, no movimento de moradia. Uma das vitórias foi a conquista do conjunto Pro - Morar do Jardim São Luis, onde residia com a família - filhos e netos - e era líder da comunidade.

Dirigente sindical foi diretora do Sindsep - Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais de São Paulo - e atualmente era conselheira do Sinpeem - Sindicato dos Profissionais em Educação Municipal.

Atuava também no movimento de saúde da região, sempre em defesa da saúde pública, de qualidade, contra a privatização e Organizações Sociais.

A Direção Nacional da Corrente O



Solange - a terceira da direita para a esquerda - mostra a revista A Verdade

Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª. Internacional, que estava reunida naquele dia, escreveu nota de solidariedade aos familiares, companheiros e camaradas de Solange Souza Santos, onde destacava “Solange foi vítima do descaso com a saúde pública, hoje entregue a privatização através das Organizações Sociais (OSs), que em sua luta sempre combateu. Uma grande perda para todos que sabemos honrar na continuidade da luta em defesa dos interesses do conjunto dos trabalhadores”.

Camarada Solange, presente!

Ademar Oliveira, Carlitos Pires,
Raquel Plut Fernandes

Memória

COMISSÃO DE FÁBRICA DA FORD É RECONHECIDA

Na última quarta-feira, dia 22/7, os trabalhadores da Ford de São Bernardo do Campo – que realizaram uma greve de uma semana (...) pela readmissão de 450 companheiros demitidos – conquistaram uma importante vitória. Nesse dia, foi assinado com os patrões um acordo que garante a estabilidade no serviço por 120 dias (...); o parcelamento do desconto dos dias parados (...); e o reconhecimento da comissão de fábrica (composta por 14 trabalhadores eleitos durante a greve) com a mesma estabilidade dos 120 dias – sendo que, após as eleições da nova diretoria do sindicato, uma outra comissão deverá ser eleita e será igualmente reconhecida pela empresa.

O Trabalho nº 116 – 29/7/1981



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Arte: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Com esses aliados, quem precisa de oposição?

PMDB, quanto mais agrado recebe, mais bate

O que poderia ser tomado como “rompante” de Eduardo Cunha, é na verdade expressão de um processo em marcha, de todo PMDB, que a cada dia se revela o verdadeiro “presente de grego” que é.

Só que, ao contrário dos soldados gregos escondidos dentro de um cavalo dado de presente a Troia para derrotá-la, eles agem à luz do dia e de peito aberto, de dentro mesmo do Palácio do Planalto.

No 5º Congresso do PT, em junho, os que falaram contra o fim dessa mal chamada aliança para garantir a governabilidade, tentaram fazer crer, como quem se equilibra em corda bamba, que Cunha fosse um ponto fora da curva, num partido que seria o garantidor do governo Dilma. Em especial esse mês de julho mostrou que a corda está bamba mesmo!

No dia 15 de julho, reunidos no lançamento da plataforma digital Ulysses Guimarães, o vice-presidente e articulador político do governo, Michel Temer, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, deram o recado.

“Estamos abertos para todas as alianças, todos os partidos, apenas o que está sendo estabelecido é que o



PMDB quer ser cabeça de chapa em 2018” disse Michel Temer. Renan Calheiros, explicou que a aliança com o PT é circunstancial e enfatizou que “o PMDB desde logo está deixando absolutamente claro que vai ter um projeto de poder, que vai ter um candidato competitivo à Presidência da República”. Eduardo Cunha arrematou: “o PMDB sabe que em 2018 ele quer buscar o seu caminho, que não é com essa aliança”, referindo-se à aliança com o PT.

Dois dias depois, em 17 de julho, Eduardo Cunha anuncia o rompimento de relações com o governo Dilma, declara que “o presidente da

Câmara é oposição ao governo”, e vai para cima do PT: “Essa lama em que está envolvida a corrupção da Petrobras, cujos tesoureiros do PT estão presos, eu não vou aceitar estar junto dela”.

O PMDB, em nota, atribuiu a decisão de Cunha a um gesto pessoal. Pode ter sido pessoal, mas não destoa dos movimentos que faz o PMDB.

“Se eu fosse presidente”

De forma ambígua, como quem fala de 2018, mas que também poderia estar falando da eventualidade de prosperarem tentativas de interrupção do mandato de Dilma, Michel Temer foi muito bem recebido e

aplaudido, em viagem aos Estados Unidos, no último dia 20, por uma plateia de investidores estadunidenses com negócios no Brasil. “Eles [os investidores] me perguntaram o que eu faria se fosse presidente. Disse que manteria Levy, claro, claro. Está fazendo um belo trabalho.” (Valor Econômico, 21/07)

Temer também é elogiado por dirigentes do PT como articulador político do governo, posto que lhe foi dado por sugestão de Lula. Quanto mais o governo Dilma e o PT abrem espaço ao PMDB, adaptados ao falido sistema do presidencialismo de coalizão, mais o PMDB chantageia e desestabiliza o governo.

Como se vê, a discussão e decisão do 5º Congresso de manter a aliança com o PMDB, que já trouxe tantos prejuízos, não encerrou o assunto. Cada dia fica mais claro que quanto mais insiste nessa aliança - com o partido que pulou na frente para bloquear a reforma política através de uma Constituinte Exclusiva e Soberana e manter, por exemplo, o financiamento empresarial de campanha, rejeitado, segundo pesquisas por 78,1% - mais governo e PT podem afundar no atoleiro.

Misa Boito

Até onde vai o espetáculo?

Operação Lava Jato, ultrapassando os limites

Não está em discussão que a corrupção, o desvio de dinheiro público, seja coisa a se condenar e combater, tendo a consciência de que isso não é originalidade de um país ou governo, mas se alastra em todos os países e governos, ainda mais numa fase de putrefação do sistema capitalista.

Mas enganam-se os que pensam que esse “surto moralista” - que se manifesta inclusive em autores de notórios atos de corrupção - esteja a serviço da moral e do interesse público. Os que passaram incólumes na privatização tucana, hoje aplaudem a Operação Lava Jato. Eles que, ao quebrar o monopólio da Petrobras, abriram a brecha para a corrupção deslanchar.

A Lava Jato, já tão estendida no tempo e no espaço na mídia, é uma operação política com objetivos precisos de atacar a Petrobras e o PT, operação que já colhe seus frutos.

A Petrobras - fragilizada pela Lava Jato - é alvo de um desmonte promovido pela própria direção da empresa e de uma ofensiva capitaneada, no

Congresso, pelo PSDB.

O tesoureiro do PT segue injustamente preso, enquanto tesoureiros de outros partidos, que também arrecadaram com as empresas investigadas, sequer são citados.

Na Operação Lava Jato, tudo é seletivo. As informações vazadas e as acobertadas. “A superintendência da Polícia Federal do Paraná terá que explicar por que cobriu com tarjas pretas o nome do senador José Serra (PSDB-SP) no relatório do “Código Odebrecht” (sobre as mensagens interceptadas no celular do empresário Marcelo Odebrecht), que foi vazado ontem para a imprensa. Numa das mensagens do celular de Marcelo Odebrecht, havia a expressão ‘Adiantar 15 p/JS’. Ao interpretar o ‘Código Odebrecht’, a Polícia Federal identificou JS como o ex-governador e senador José Serra (PSDB-SP), mas cobriu seu nome com tarja preta”. (247 Paraná).

O mesmo José Serra autor do Projeto de Lei 131 que quer rever o regime de partilha no Pré-Sal, atendendo aos interesses das multinacionais

petrolíferas, promessa feita em 2010, quando candidato à presidência, conforme informações vazadas pelo WikiLeaks.

O ímpoluto juiz Sérgio Moro seleciona e avança limites perigosos.

“Tortura sofisticada do século 21”

O rumo que vem se tomando no Brasil, com o papel da Justiça e Ministério Público, no qual o julgamento da Ação Penal 470 - que condenou sem provas dirigentes do PT - é um marco, leva a uma situação que se aproxima de uma “ditadura do Judiciário”, como dizem vários juristas. Um Judiciário nem um pouco neutro ou cego a interesses concretos. A revelação do monitoramento da Odebrecht por embaixadas dos Estados Unidos (ver Box) seria mera coincidência?

O jurista Ives Gandra, sobre o qual não paira nenhuma suspeita de simpatia pelo PT ou seu governo, avalia que “Nas prisões da Operação Lava Jato, tal direito [constitucional, de ampla defesa] está sendo tisonado, pois à medida que deveria ser ex-

cepcional, passou a ser uma rotina preocupante, em que a mera imprecisa acusação ou um texto fora do contexto podem levar o suspeito a meses de detenção, da qual só sairá se fizer delação premiada.” E completa: “Tal procedimento, além de macular o direito de defesa e subverter o princípio da presunção da inocência, passa a ser uma espécie de sofisticada tortura do século 21.” (OESP 21/07).

SOB A MIRA DOS EUA

Telegramas vazados pelo WikiLeaks dão conta de que no segundo mandato de Lula (2007 a 2010), o Departamento de Estado dos EUA monitorou, através de telegramas confidenciais de suas embaixadas, os negócios da Odebrecht em diversos países, entre eles Equador e Panamá, e até viagens de Lula a países como Angola.

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



3º CONGRESSO DA JUVENTUDE DO PT

Membros do DAP inscreveram uma contribuição ao debate

Convocado para os dias 19 a 21 de novembro deste ano em Brasília, precedido de etapas municipais e estaduais de agosto a outubro, o 3º congresso da Juventude do PT (CONJPT) ocorre poucos meses depois do 5º congresso do partido.

Diante dos prazos para inscrição de tese – o regimento foi divulgado em 15/07 com prazo para inscrição de tese dia 25/07 – 71 jovens militantes que reivindicam a tese “Resgatar o Petismo no PT”, apresentada pelo Diálogo e Ação petista ao 5º congresso, decidiram inscrever uma pré tese ao CONJPT aberta a emendas, complementos e novas adesões, para apresentar suas primeiras reflexões sobre a situação do PT, da juventude e do país.

Diz um trecho do documento: “O 5º congresso do Partido reunido em junho não ajudou a resolver a crise pela qual o PT passa. Por uma estreita margem de 10% os delegados eleitos há mais de dois anos (quanto coisa se passou neste tempo!) decidiram não falar em ajuste fiscal, como se fosse um ‘não problema’ para defender o ajuste por omissão.

A maioria decidiu manter a mesma política de alianças, apesar da evidente crise institucional e do esgotamento do presidencialismo de coalizão e decidiu manter o mesmo regime interno no PT, com o PED. (...) A crise do PT é profunda. A decisão do Imperialismo e da burguesia local é de destruir o partido que é um obstáculo para seus planos. Para isso não tem poupado esforços como temos visto

desde a Ação Penal 470, que condenou sem provas dirigentes do partido. Processo que se aprofunda agora com a Operação Lava Jato. Mas apesar da ofensiva da direita e dos problemas que enfrentamos internamente é preciso disposição para defender o PT.

O congresso da JPT, apesar da demora em acontecer e dos prazos apertados, é o momento em que nós, jovens, poderemos discutir olho no olho – como deve ser – propostas que ajudem a defender o PT dos ataques que vem sofrendo e da adaptação às instituições pela qual passou, para ajudar o PT a organizar os trabalhadores e a juventude para lutar pelos seus interesses.”

Além de fazer um chamado para que a Juventude do PT diga claramente “Abaixo o plano de ajuste fiscal.



2º Congresso da Juventude do PT em 2011

Fora Levy” o documento também discute - entre outras questões - o que a direção decidiu colocar como prioridade no congresso: a luta contra o genocídio da juventude negra.

O debate está aberto. O documento estará disponível no site do DAP e pode ser discutido nos grupos de base e mais amplamente com todo jovem petista disposto ao debate.

ATIVIDADES NA BASE

O DAP vai se construindo, como mostram relatos enviados pelos correspondentes

BELO HORIZONTE (MG)

Na reunião para discutir o balanço do Congresso do PT e a preparação do Encontro Estadual de Minas Gerais que se realizará em 15 de agosto, sete militantes estiveram presentes.

Para a reunião foi convidado o companheiro Carlos Magno, metalúrgico e membro da Executiva da CUT Minas, que assinou do Manifesto dos Sindicalistas Petistas, distribuído durante o Congresso de Salvador. Ele falou da importância da iniciativa dos sindicalistas, “pois a situação política exige um posicionamento mais firme do partido e levar adiante a atual política econômica do Ministro Levy é o contrário do que precisamos”. Acrescentou que em Minas Gerais as empresas metalúrgicas já estão demitindo aos milhares, que os sindicatos se encontram em uma situação difícil e questionou a eficácia do Plano de Proteção ao Emprego (PPE) para enfrentar o processo de demissões. Considera que a proposta de realizar um Encontro de Sindicalistas do PT é muito positiva e precisa acontecer.

A defesa feita pelo companheiro Patrus Ananias, no Congresso do PT, pelo fim do PED, animou os presentes a tentar garantir a presença do Ministro para um debate na abertura do Encontro Estadual do DAP.

Como iniciativa prática, foi decidido



Reunião do Diálogo em Brasília, 25 de julho

dar continuidade à discussão com os vereadores Pedro Patrus e Arnaldo Godoy para realizar uma atividade na Câmara Municipal, em defesa da Petrobras.

SANTOS (SP) O grupo de base do Diálogo e Ação Petista de Santos promoveu no dia 26 de julho um debate intitulado “Não à Redução, Mais Educação”. A atividade, num domingo à tarde, reuniu 20 pessoas. O objetivo do DAP era abrir o diálogo com a comunidade da Vila Nova São Vicente, onde aconteceu o encontro.

A discussão começou a partir do relato de que a maior parte dos moradores do bairro se coloca a favor da maioria. Inclusive, entre os

próprios presentes no debate, houve quem estivesse em dúvida sobre a medida. Ao longo de quase três horas de conversa, os participantes discutiram como a mídia joga com o medo da população, acuada pelo fato de que não há garantia de segurança pública pelo Estado. Mas que, ao mesmo tempo, as pessoas muitas

vezes não a têm ilusão de que o presídio seja a saída para diminuir a criminalidade.

A principal preocupação foi a de como abordar essa questão junto à população. E a conclusão foi de que a melhor forma é mostrar como são os próprios filhos da comunidade que serão alvo dessa medida.

O debate destacou que o caminho é investir na educação, cultura e lazer para os jovens, e como isso é contraditório como fato de que o governo Dilma, que afirma corretamente que a redução não é solução, esteja reduzindo os direitos da infância e da juventude, com a política do ajuste fiscal que tira dinheiro dos serviços públicos. Como encaminhamento,

foi decidido um novo debate, dessa vez sobre a questão dos cortes da educação.

BRASÍLIA (DF) Em 25 de julho ocorreu a plenária do DAP do Distrito Federal e entorno, com a presença de 27 militantes, dentre eles servidores federais, estaduais e municipais além de professores, jovens e estudantes haitianos.

Gediel, dirigente da CUT-DF coordenou a reunião. Verinha, do Comitê nacional explicou o que era o DAP, retomando o seu histórico. Oton, da direção nacional da CUT falou do manifesto assinado por sindicalistas petistas ao 5º Congresso do PT, e Marcius do Diretório Regional do PT-DF, delegado ao Congresso do PT, apresentou o combate feito pelo DAP em Salvador.

Três grupos discutiram: a constituição de um grupo do DAP, juntando militantes da executiva municipal de três municípios próximos (Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso), a preparação do Congresso da Juventude do PT e a organização do ato no dia 28 no Ministério da Fazenda, contra o Plano Levy.

Ao final foi eleita a coordenação distrital, organizada a contribuição financeira e marcada uma plenária para dar organizar as lutas do DF.

Petroleiros param em defesa da Petrobras

Greve combate plano de desmonte da empresa e projeto de Serra

Nos primeiros minutos desta sexta-feira, os petroleiros atenderam ao chamado da FUP e de seus sindicatos e iniciaram uma grande mobilização nacional contra o novo plano de Gestão e Negócios aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobrás, que prevê cortes de 89 bilhões de dólares nos investimentos e despesas da empresa, além de venda de ativos que poderá reduzir em 57 bilhões o patrimônio da estatal. Se esse projeto seguir adiante, significará o desmantelamento do Sistema Petrobrás, colocando em risco empregos, direitos e conquistas sociais” (site da Federação Única dos Petroleiros, FUP-CUT).

No último dia 24, dia em que se reunia o Conselho de Administração da Petrobras, em 12 estados do país os petroleiros realizaram uma greve de advertência, início da mobilização decidida na última plenária nacional da FUP, e aprovada em assembleias na base, contra o desmantelamento da Petrobras, sob comando de Aldemir Bendine, nomeado pela presidente Dilma.

A atual política em curso na empresa, na prática, já ameaça a Petrobras, também ameaçada pelo Projeto de Lei (PL 131) do senador José Serra (PSDB-SP). Projeto que revê o sistema de regime de partilha, no Pré-Sal contra o qual os petroleiros também lutam.



Petroleiros paralisam e se manifestam em 24 de julho

O dia de greve envolveu trabalhadores próprios e terceirizados da Petrobrás e subsidiárias, em unidades operacionais de refino, plataformas marítimas, campos de produção terrestres, terminais da Transpetro, usinas de biodiesel, termoelétricas e áreas administrativas.

O dia 24 de julho foi o pontapé inicial. “A greve de 24 horas desta sexta-feira foi a primeira de uma contundente mobilização da categoria” diz a FUP, que realizará entre os dias 3 a 7 de agosto, um encontro nacional em Brasília onde será discutido um novo calendário de paralisações.

A luta dos petroleiros – escancaradamente escondida pela imprensa burguesa dedicada à Operação Lava Jato, como se fosse partícipe – é uma luta de todos os trabalhadores em defesa da nação.

Os petroleiros iniciam esta mobilização 20 anos depois da histórica greve de 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso contra a privatização da Petrobras.

Prosseguir na mobilização, com um novo calendário de paralisações é que pode fazer frente à rapinagem pretendida pelas multinacionais do petróleo, daí a ofensiva contra a Petrobras.

Garantir o sucesso dessa luta diz respeito a todo movimento operário e suas organizações, a começar pela CUT e seus sindicatos, de todas as categorias.

Aliás, a defesa da Petrobras deveria ter na linha de frente a presidente Dilma, eleita justamente para barrar a política de entrega das riquezas nacionais, marca registrada do PSDB. Mas o que se vê é o contrário.

Bendine, no comando do plano de desinvestimento, que já começa a ser popularizado como “Vendine”.

Ana Carolina

ATAQUE À NAÇÃO E AOS TRABALHADORES

A direção prevê a venda de ativos, como a BR distribuidora e a TAG (Transportadora Associada de Gás). Sobre isso, Deivid Bacelar, representante dos trabalhadores no Conselho da Petrobras, escreve:

“A venda de ativos para o mercado – tanto nacional quanto internacional – confronta-se com os interesses dos trabalhadores e do Brasil, que primam pela manutenção de sua soberania energética, um setor que é tão caro ao desenvolvimento econômico e social do país. (...) Essa proposta reflete os interesses das elites econômicas, que se aproveitam de uma conjuntura momentânea, de fragilidade da empresa, a qual é propícia para justificar que o mercado é a única possibilidade de salvação da Petrobras. E isso representa um sério ataque ao desenvolvimento nacional e, sobretudo, um descompromisso sem precedentes com os interesses e a luta dos trabalhadores!”

“Somos todos petroleiros”

Os militantes de O Trabalho engajados na luta com a FUP, enviaram relatos do dia 24 nos estados

BAHIA. A greve parou praticamente todos os locais de trabalho da Petrobras. Refinaria, transportadora, produção, distribuição de produtos como óleo, amônia, parafina e petróleo bruto deixaram de ser transportados. No administrativo houve uma dificuldade, mas também foram paralisados cerca de 70% do efetivo. Na refinaria desde a tarde de ontem já havia mobilização para impedir troca de turno. Estivemos presente em três locais onde participamos de piquetes, fizemos falas e ajudamos a paralisar no administrativo. No momento da paralisação se reunia o Conselho de Administração da Petrobras onde estava Deivid Bacelar (coordenador geral Sindipetro-BA e membro eleito pelos trabalhadores no Conselho).

Segundo ele, ao mesmo tempo em que a categoria luta para mostrar à sociedade brasileira que a Petrobras e

o Pré-Sal pertencem ao povo brasileiro, a maioria dos conselheiros quer faltar e vender a Petrobras. Deivid Bacelar defende a Petrobrás como operadora única e a Lei da Partilha e registra o repúdio dos milhares de trabalhadores que fazem a greve nesta sexta dia 24 contra os ‘vendilhões’ da Pátria” (site sindipetro BA).

O Sindipetro realizou reunião com o governador dia 21 e arrancou compromisso de que ele realize reuniões em Brasília (ANP, Petrobrás, ministros, e com Dilma) para pautar a questão da venda de ativos, em especial nos campos maduros no nordeste. Há uma preocupação, inclusive do governador, por conta da diminuição de investimento nas regiões da Petrobrás.

PERNAMBUCO. Na Refinaria de Abreu e Lima e na unidade da Transpetro, próximo ao Porto

de Suape, houve quase 100% de adesão, sem renúncia de turnos na operação destas unidades, com ato e bloqueios das entradas da Refinaria, contando também com a presença da CUT-PE, outros sindicatos filiados e movimentos populares, como o MST.

Em diversas faixas na greve, lia-se “Vendine – para crescer não tem que vender”, acusando Bendine de querer vender (privatizar) a Petrobrás. Com o Dialogo e Ação Petista (DAP), apoiamos a greve e decidimos articular a partir de Alex Valença, Diretor da CUT-PE Edilson Santana, da Executiva do SINTTEL-PE (Trabalhadores das Telecomunicações), junto à Direção do SINDIPETRO-PE/PB, a proposta de uma Audiência Pública em Defesa do Pré-Sal e da Petrobras, na Assembleia Legislativa de PE, através de uma mandato do PT.

MINAS GERAIS. A Petrobras começou a ser paralisada a meia noite do dia 24.

Em Belo Horizonte, houve ato em frente a Petrobras, que fica no município de Beti. Teve a participação da CUT, CTB e Conlutas. Os setores mais importantes da empresa já haviam paralisado o trabalho desde a meia noite. Então, não houve piquete. Mas, os petroleiros que não entraram participaram do Ato. Vários sindicatos da CUT estavam presentes. O Ato se encerrou por volta das 8:30h e em seguida os petroleiros e representantes dos sindicatos se dirigiram à Praça Sete (centro de BH) para uma panfletagem até às 12 horas. Em Minas está em discussão a realização de um ato na abertura do Congresso Estadual da CUT, no final de agosto, em defesa da Petrobras.

CUT em Brasília contra ajuste fiscal de Levy

Em 28 de julho, manifestação ocorreu no Ministério da Fazenda

Mais de mil manifestantes vindos de vários estados concentraram-se diante do Ministério da Fazenda em Brasília num ato contra a política econômica do governo, convocado pela CUT em 28 de julho.

Com faixas de "Abaixo o Plano Levy" e de defesa das reivindicações dos trabalhadores, o ato iniciou-se às 10 horas e prolongou-se até o meio dia.

No carro de som, Quintino Severo (CUT), elencou os efeitos negativos da atual política econômica: "Em primeiro lugar, o desemprego, que vem crescendo; depois, as medidas de ajuste que retiraram direitos dos trabalhadores, restringindo o seguro desemprego, mexendo no abono salarial; por último, a redução do consumo, que desacelera a produção e faz girar a roda do desemprego".

Roni Anderson, também dirigente da CUT, sublinhou que a atual direção da Petrobras, num momento em



Manifestação da CUT reúne 1.000 sindicalistas em Brasília

que os petroleiros lutam para barrar as propostas de entrega às multinacionais dos recursos do Pré-sal, como fizeram na greve de 24 de julho, está diminuindo investimentos e vendendo subsidiárias. Representantes dos servidores federais em campanha

salarial, de comerciários, químicos, metalúrgicos, professores, do MST e da Juventude Revolução, dentre outros, uniram suas vozes na exigência dirigida a Dilma de mudança da política econômica.

Julio Turra (CUT) afirmou que

o Plano Levy afasta Dilma da base social que a elegeu, assim "trocar o rumo da economia é uma questão de sobrevivência política para o seu governo".

Também ocorreram atos contra o Plano Levy e a alta da taxa de juros em Porto Alegre, convocado pela CUT-RS, e em São Paulo, convocado por outras centrais (CTB, Força e UGT).

Terminado o ato diante do Ministério da Fazenda, onde foram anunciadas novas mobilizações – Marcha das Margaridas em 12 de agosto em Brasília e manifestações "em defesa dos direitos, contra a direita e o ajuste fiscal" em 20 de agosto em várias capitais -, os manifestantes foram ao Palácio Buriti, sede do governo do DF, para juntar-se ao ato de protesto contra a pretensão do governador Rollemberg (PSB) de impedir manifestações de rua na capital federal.

Correspondente

Quem vai querer o PPE?

O debate está aberto na CUT sobre a correção ou não da proposta

O Programa de Proteção ao Emprego (PPE), criado pela MP 680, está aberto para adesões desde o dia 22 de julho, mas até agora apenas três empresas interessaram-se em optar pela redução da jornada com redução de salários (ver OT 769).

Saudado por dirigentes metalúrgicos e também pela Anfavea (fabricantes de veículos), entretanto nem a Mercedes de São Bernardo, nem a GM de São Caetano, optaram pelo PPE. Ambas dizem que têm "excedente" de trabalhadores, dois mil na Mercedes e 500 na GM, e que vão demitir!

Assim, o PPE não está sendo utilizado nem pelas montadoras, para as quais foi concebido numa linha de "parceria capital/trabalho" importada da Alemanha. Num momento de recessão, fruto

do ajuste fiscal de Levy, elas optam pela pura e simples demissão.

Combater o PPE

A direção da CONTRACS-CUT (comércio e serviços) em nota de 15 de julho, depois de afirmar que "direito não se reduz, se amplia", caracteriza a MP 680 como "mais um instrumento utilizado pelo Governo Federal visando favorecer o setor patronal em detrimento da classe trabalhadora" e toma posição contrária ao PPE.

Em 21 de julho, a Executiva nacional da CUT adotou resolução que diz: "Em relação ao PPE, a CUT acompanhará a experiência negociada com o governo Dilma e assegurará o debate interno sobre a correção ou não da proposta como instrumento para enfrentar momentos de crise,

considerando importante que o acordo deva ser submetido à assembleia dos trabalhadores. A CUT reafirma também sua posição histórica pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, pela ratificação da Convenção 158 da OIT que coíbe a rotatividade no trabalho...".

Logo, o PPE não é posição da CUT, que vai "acompanhar a experiência" e fazer o debate sobre "a correção ou não da proposta".

O "Portal Brasil" do governo afirma, sobre o PPE: "A ideia é fornecer alternativa aos empresários para redução de custos sem corte de empregos. Os custos aos cofres com pagamento de benefícios como o Seguro-Desemprego são mais elevados do que subsidiar parte de uma redução salarial, que vem acompanhada de uma redução de jornada de trabalho".

O PPE é um "tiro no pé" para os sindicatos, que estariam chamados a legitimar a redução de salários. Isso, se interessar às empresas "optar" por essa via.

Em congressos estaduais da CUT, que preparam o 12º CONCUR (outubro), foi adotada uma proposta de resolução, antecipando o que viria com a MP 680, que diz: "Ao contrário de parceria com as empresas para reduzir jornadas e salários, com recursos do FAT ou FGTS, que são dos trabalhadores, para pagar salários reduzidos, a CUT deve encabeçar a luta contra as demissões e pela garantia no emprego, pois se algo tem que ser reduzido é a margem de lucro dos capitalistas".

Julio Turra

MARCHA DAS MARGARIDAS

Em 10 e 11 de agosto estará em Brasília a Marcha das Margaridas. Organizadas por trabalhadoras do campo desde 2003, o nome é uma homenagem a Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB), assassinada em 12 de agosto de 1983.

Entre as reivindicações que estão levando ao governo federal, está o "descontingenciamento dos valores orçamentários e financeiros aprovados para as ações do INCRA e da SRA e suplementar os recursos, em quantidade suficiente para assentar as 50 mil famílias em 2015; Fortalecer a estrutura do INCRA e do MDA, assegurando todas as condições políticas, legais, administrativas e financeiras para permitir a plena realização da Reforma Agrária. Garantir que seja realizado concurso público para ampliação do quadro de profissionais." (site da Contag). Na luta pela terra, pelos direitos das mulheres e por condições dignas de vida e trabalho. Mais um setor da base social que reelegeu Dilma que se mobiliza contra as consequências do plano de ajuste fiscal.

SINDICALISTAS PRESOS NA BAHIA

No último dia 25, dois dirigentes sindicais do Sindlimp (sindicato de trabalhadores da limpeza), um deles da executiva da CUT BA, foram presos quando se manifestavam em defesa dos trabalhadores terceirizados que prestam serviço ao Estado. A manifestação ocorria em frente a uma escola estadual e cobrava o pagamento de salários e benefícios atrasados. No dia 24 o presidente da CUT-BA havia protocolado um pedido de audiência com o governador Rui Costa (PT) para buscar uma solução. Ao invés de negociação veio a prisão dos dois sindicalistas quando exerciam o livre direito de manifestação. A CUT em nota de repúdio diz: "Um governo dito democrático, eleito com a força desses trabalhadores, que apostaram ser ele uma alternativa jamais poderia agir dessa maneira.". E conclui com um recado ao governador Rui "Se a intenção é calar os sindicatos e os trabalhadores, a CUT, o Sindilimp e as entidades sindicais CUTistas não se intimidarão e seguirão lutando". Os sindicalistas foram soltos no próprio dia 25.

Superávit fiscal primário, o calvário

Redução de metas não resolve nada

O governo reduziu a meta do superávit primário de 2015 de 1,1% para 0,15% do PIB em 2015.

Não há nada a comemorar. Com menos receita de impostos devido à recessão e mais gastos com os juros altos sobre a dívida, a equipe econômica comandada pelo ministro Levy só reconheceu que a meta original se inviabilizou.

Não há uma concessão, tanto que veio junto de um novo corte de R\$ 8,6 bilhões do Orçamento. Se as metas de superávit para 2016 e 2017 caíram também, a escorchante meta de 2% do PIB só foi adiada para 2018 - o calvário será mais longo!

Levy manteve seus dois objetivos centrais: (a) reduzir os custos salariais através da indução à uma forte recessão que gere desemprego e enfraqueça o poder de barganha dos trabalhadores, e (b), ampliar o pagamento de juros à especulação financeira viabilizados no Orçamento pelo corte de gastos sociais.

O discurso oficial de que o ajuste visaria reduzir o endividamento é



Ministros Barbosa e Levy no anúncio da redução da meta do superávit

falso. Levy sabia, desde o começo, que suas medidas iriam aumentá-lo. É o que está ocorrendo: a relação dívida pública/PIB estava em 53% no início do ano passado e atingiu agora 63%. Por dois motivos. O aumento de quase 4% na taxa de juros Selic só neste primeiro semestre criou um gasto adicional de mais de R\$ 100 bilhões (bem mais do que os R\$ 70 bilhões de cortes do Orçamento). E porque a recessão gerada faz com

que a arrecadação de impostos caia sem parar.

Conta também que medidas do ajuste - como as MPs 664 e 665 de restrição de direitos - não foram aprovadas como queria o governo devido à resistência dos sindicatos, ou em função da crise política, como as mudanças na regra de desoneração a empresas.

Agora, o possível rebaixamento da nota das "agências de risco" farão aumentar a pressão do "mercado"

para a flexibilização na legislação trabalhistas e previdenciária.

Fim do superávit

A redução do superávit não resolve nada. Mesmo que caísse a 0%, o superávit continuaria organizando a política econômica e sufocando o Orçamento. Na verdade, a satisfação mínima das reivindicações populares, como a anulação dos cortes e a reposição dos direitos restringidos, levaria a um déficit fiscal primário (como foi em 2014).

O que colocaria o problema do seu financiamento, através de medidas corajosas como a derrubada de juros que estão comendo o Orçamento, o controle do câmbio para frear uma fuga de capitais e o controle das remessas de lucros.

A única saída é acabar com a meta de superávit rompendo a lógica do pagamento de juros da dívida para o país elevar os gastos sociais e impulsionar o crescimento.

Alberto Handfas

"Antiterrorismo" no Congresso

Perigoso passo em falso

Uma legislação "antiterror", antiga exigência da reação e dos EUA, foi enviada pelo governo Dilma ao Congresso Nacional à véspera da visita a Obama, em julho.

Como se recorda, após o atentado ao jornal francês Charlie Hebdo, em janeiro, o governo imperialista dos EUA ampliou numa conferência de vários países em fevereiro, em Washington, o dispositivo da "coalizão da guerra global contra o terror" (com mais de 40 países). A pretexto de combater o "Estado Islâmico", se "recomendam" restrições de direitos e leis por cima da soberania de cada país, e que podem ser usadas também contra movimentos e greves.

No Brasil, desde 2010, um decreto de Lula criou a chamada Garantia de Lei e Ordem (GLO), permitindo às

Forças Armadas agir internamente - não só nas fronteiras. Criada a pretexto do narcotráfico, a GLO acabou usada contra o protesto popular no leilão do poço de petróleo de Libra em 2013.

Agora, o governo Dilma estende o arsenal de leis contra um "terror" que no Brasil não existe, mas pode ser inventado pelas agências estadunidenses e seus agentes locais.

O que é "paz pública"?

Um Projeto de Lei propõe que "o Ministério Público Federal terá 24 horas para propor ação de indisponibilidade, incluindo o pedido de liminar para bloquear todos os bens ou valores encontrados em nome da organização terrorista" (OESP 13/7/2015), atropelando o rito ordinário da Justiça brasileira.

Mais grave, um segundo Projeto de Lei muda a Lei das Organizações Criminosas (Lei 12.850/2013), classifica como crime participar em organizações terroristas e aumenta as penas. Pela proposta, são atos terroristas aqueles que "ocorram por razões de ideologia, política, xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou gênero e tenham por finalidade provocar o terror, expondo a perigo a pessoa, o patrimônio, a incolumidade pública ou a paz pública ou coagir autoridades a fazer ou deixar de fazer algo".

Um largo espectro: qualquer piquete, ocupação ou passeata não seria "coagir" as pobres autoridades? Ou perturbar a "paz pública"??

O conservador O Estado de S. Paulo registra que como "a proposta

poderia gerar dúvidas quanto ao enquadramento de movimentos sociais - cujas ações afetam a paz pública e provocam não poucas vezes o terror (!!!) -, o PL do governo prevê que a definição de terrorismo 'não se aplica à conduta de pessoas em manifestações, movimentos sociais ou sindicais por propósitos reivindicatórios com o objetivo de defender direitos constitucionais'".

Mas ressalva o mesmo jornal uma "prudente interpretação, já que grupos terroristas que venham a ser julgados poderão tentar ser reconhecidos como 'movimentos sociais ou sindicais', e assim escapar" - ou seja, qualquer juiz "interpretaria" se o movimento é "terrorista"!

Markus Sokol

Desemprego

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho registram fechamento de 111.199 postos de trabalho somente em junho. É o pior resultado para o mês desde 1992. No primeiro semestre do ano, houve perda de quase 345.417 empregos com carteira assinada.

Essa redução foi vista em quase todas as regiões e se concentra no Sul-Sudeste. O estado de São Paulo é responsável por quase

metade da redução (52,3 mil postos). O setor mais afetado é a indústria de transformação, especialmente as montadoras de automóveis.

Aumenta a miséria

Aumentou a miséria em 2013, o que não acontecia desde 2004. Segundo boletim do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), o número de famílias em pobreza extrema foi de 3,63% em 2012 para 4,03% em 2013, mais 900 mil pessoas.

Segundo o instituto, vinculado à Presidência

da República, a desaceleração da economia, o desemprego, a diminuição da renda das famílias e o reajuste do Bolsa Família abaixo da inflação, explicam os números. "As expectativas para o comportamento da pobreza extrema são preocupantes, considerando o cenário de ajuste fiscal e as previsões negativas para o desempenho da economia e do mercado de trabalho".

Cortes de moradias

Com um corte de cerca de 30% no orçamento do "Minha Casa Minha Vida" neste ano,

o governo anuncia suspensão do programa para famílias com renda mensal de até R\$ 1,6 mil até regularizar o pagamento das obras atrasadas. Apenas 3,66% das 202.064 casas contratadas em 2015 se destinaram a estas famílias mais pobres.

Nos cinco anos do programa, foram entregues 761 mil das 1,7 milhões de casas contratadas para essas famílias.

O déficit habitacional na faixa de renda familiar de até três salários mínimos subiu quase 3% entre 2007 e 2012, atingindo 73,6% dessas famílias, segundo o IBGE.

De Frentes, Democracia e Direitos

Quando o PCdoB se encontra com o PCO e o povo fica pelo caminho

Começam a se realizar atos “em defesa da democracia” e se esboçam frentes e fóruns com esse conteúdo em São Paulo, Brasília, Minas e outros estados, apoiados pela direção do PT.

São iniciativas frente ao golpismo - que promete voltar às ruas em agosto - realimentado pela crise social e econômica, contra um governo que, desde o 2º turno, se enfraquece ameaçado até por “aliados” da véspera.

Boa parte da militância e as forças que elegeram Dilma sentem que precisam se unir contra a ameaça de interrupção bastarda do mandato presidencial - a crise do PT só acentua isso.

Não que o governo não tome iniciativas. Mas há seis meses elas afundam seu prestígio. Dilma não quer entender o que dizem as suas próprias pesquisas - o principal fator de desgaste é a política econômica - reafirma o ministro Levy e estica no tempo as recessivas metas do ajuste.

Ela escolheu a visita ao presidente Obama para provar firmeza, que “não vai cair” etc. - o homem teria “confiança” nela... Mas se for confiança para fazer mais cortes, concessões privadas, juro atrativos para os especuladores e acordos militares com os gringos, aí é que o apoio popular vai escassear!

Duas ferramentas

As coisas não devem ser separadas: a defesa do mandato democrático e o conteúdo social do voto.

Ninguém no movimento dos trabalhadores e nos meios democráticos pode estar pela “derrubada” de Dilma - parece que só ao PSTU e ao PSOL (setores?) não incomoda entregar o governo à reação aberta.

A classe dominante, por sua vez, esfrega as mãozinhas. Tem a sua disposição os processos no Tribunal de Contas da União (“pedaladas”) e no Tribunal Superior Eleitoral (financiamento de empreiteiras). Ambos, passando ou não pelo Congresso, desembocarão no Supremo Tribunal Federal que banca a indústria da dela-



ção premiada do juiz Moro, apoiada na mídia. Se tocar a Cunha e Renan, pode se ajeitar, como no “mensalão” tucano, até hoje não julgado.

Daí que a direita tem duas ferramentas: uma é o golpe jurídico-institucional para abreviar o mandato de Dilma, empossando Temer (ou tirar Dilma e Temer, mas aí teria uma nova eleição); a outra é a transferência progressiva do poder para o eixo PMDB-PSDB, com o vice Temer de pivô, deixando Dilma pendurada.

Anote-se que as duas ferramentas não se excluem, podem se combinar no tempo, e que a dobradinha PMDB-PSDB já opera pela redução dos direitos sociais, pela revisão do pré-sal e pela terceirização, que são, afinal, o conteúdo social do golpismo.

Uma saída

Para o PT e as forças populares construírem uma saída, a defesa do mandato exige que Dilma mude a sua política econômica, inclusive para polarizar setores democráticos do chamado “centro”.

Não é uma condição para as frentes que se formam. É um imperativo se quiserem vencer: o fim do superávit, a reversão dos cortes, a derrubada dos juros, e a defesa do pré-sal. Se não, para os fins da frente, terminará impossível mobilizar as massas trabalhadoras que, aliás, já entram em luta contra a consequência da política econômica (petroleiros, docentes e servidores de universidades etc.).

E como a crise política é cada vez

mais institucional, a discussão sobre uma Constituinte para a reforma política também se coloca nas frentes para construir uma saída de fundo.

Curioso, embora triste, forças tão diferentes como PCdoB e PCO (v. box) não verem questões tão simples. E a confusão dos dirigentes do PT deixa um espaço.

Uma frente é necessária, mas nenhuma substituirá por si mesma a responsabilidade do principal partido de massas, o PT. Ela hoje se concentra na responsabilidade de sua direção (e Lula) sair da subordinação à política suicida do Planalto.

É a atitude que abre o caminho mais curto para o povo defender as conquistas e livrar-se da ameaça reacionária (para não falar da tragédia eleitoral anunciada para o PT).

João Alfredo Luna

O PMDB vai salvar Dilma?

Desenvolto, o PCdoB de origem stalinista avança a enésima reedição do “etapismo”.

Vale-se da proximidade na coligação com o PT dos ministros, parlamentares e prefeitos. Joga com o terror do “golpe que já está em curso”. Não liga o espaço para direita deixado pela política econômica e combate quem liga as reivindicações sociais: seria “interesse de segmentos”, disse num ato em São Paulo Jamil Murad, do seu Comitê Central. A eles, opôs a “defesa da democracia”, onde o fiel da balança é “o centro, o PMDB”, face ao espanto corrigiu, “um setor do PMDB”.

É um formalismo cego e criminoso. Cego por esperar do PMDB a salvação. E criminoso por bloquear a mobilização da maioria contra o golpe, para a quem a democracia tem o sentido do acesso a emprego, moradia, educação e saúde, enfim, aos direitos.

É preciso coragem, como seu dirigente Renato Rabelo, para dizer “temos experiência e sabemos bem como lutar contra ondas dessa natureza”. Pois dá última vez, em 1964, deram com os burros n’água, essas teorias de aliança com a burguesia democrática...

Por isso, era bem presente na fundação do PT a crítica daquela colaboração de classes pela afirmação da “independência política dos trabalhadores”, base de qualquer aliança pontual.

PT-PE: “Abaixo o Plano Levy”

“Para trazer a base social que reelegeu Dilma”

É o que diz o Diretório Estadual de Pernambuco, em resolução de Edmilson Menezes (DAP, O Trabalho) defendida junto com Oscar (DS), presidente do Diretório do Recife, no último dia 12.

Diz o que muita gente queria ter aprovado um mês antes, no Congresso em Salvador. Foram 18 votos a favor (OT e DS, AE, grupos locais e setores CNB, o campo majoritário). Votaram contra 14, em geral do “campo”, e uma abstenção (Sheila, EPS).

As reações após a votação sugerem um sentimento ainda mais majoritário. Como se vê, alguma coisa continua a se mover dentro do PT, depois do 5º Congresso Nacional,

que “não acabou”.

Resolução Política

Enfrentar a ofensiva reacionária começa pela defesa dos interesses dos trabalhadores e da nação, contra a política econômica que vem sendo aplicada para atender os interesses da especulação financeira.

A política econômica comandada pelo ministro Levy deteriora, em ritmo acelerado, as condições de vida do povo trabalhador brasileiro.

Para reverter essa situação e trazer a base social que reelegeu Dilma, para trazer essa força - a única capaz de enfrentar o retrocesso que se pretende impor ao país - é preciso parar com o ajuste fiscal que vem sendo aplicado.

Abaixo o Plano Levy! Por outra política econômica!

“Mobilizar as massas” - como?

O discurso do PCO também anuncia o golpe na esquina. Bem menos influente que o PCdoB, pode todavia confundir uma alternativa, com uma fraseologia radical que não repousa na raiz da situação.

O editorial do seu jornal (16/7) acusa o PT de “silêncio diante do golpe” mas não fala nem uma palavra sobre a política econômica de Dilma ou do ajuste.

Conclui que “a única maneira de derrotar os golpistas é deixar claro para os trabalhadores que estamos diante de um golpe de Estado contra o qual é preciso uma ampla mobilização das massas”. Mas, nesse caso, como mobilizar as massas?

Sem responder ao desemprego e aos cortes de verbas, como, sem ligar a defesa do mandato ao conteúdo do voto e, portanto, exigir mudanças?

Há 40 anos, o fim da Guerra do Vietnã

Resistência heróica do povo vietnamita infligiu dura derrota ao imperialismo estadunidense

Há exatamente 40 anos, grandes festas populares ocorriam em todo o Vietnã, para comemorar a vitória dos vietnamitas sobre os estadunidenses, a reunificação enfim conquistada da nação, sua independência, sua liberdade. Em 30 de abril de 1975, Saigon caiu. As forças da República Democrática do Vietnã (ou Vietnã do Norte) e do Vietcong (1) tomaram posse da cidade, provocando a evacuação precipitada dos funcionários da Embaixada dos EUA e a fuga de vietnamitas que haviam colaborado com os estadunidenses.

A determinação do povo vietnamita para conquistar sua independência já havia sido demonstrada diante do colonialismo francês, ao qual derrotara, em 1954, em Dien Bien Phu. Quase não se lembra atualmente, mas os franceses receberam apoio considerável dos EUA, com financiamento e meios logísticos.

Na época, todas as relações internacionais estavam inscritas no quadro dos acordos de Yalta, nos quais Stálin, Roosevelt e Churchill dividiram o mundo em dois. Os acordos de Genebra (1954) decidiram, nesse quadro, a divisão do Vietnã em dois Estados distintos, ao norte e ao sul do paralelo 17, com o Vietnã do Sul devendo manter-se sob a hegemonia imperialista.

A guerra fria atingira o ápice. O imperialismo estadunidense não conseguira seu objetivo fundamental (reverter as relações sociais na União Soviética), e continuava a exercer pressão considerável sobre a URSS. A burocracia do Kremlin, diante das contradições vindas à luz após a morte de Stálin, precisava, de um lado, manter seu pacto contrarrevolucionário com os EUA, rebatizado de “coexistência pacífica”, e, de outro, tentar preservar seus interesses próprios. É o que explica a ajuda concedida ao Vietnã do Norte, em termos militares. Uma ajuda limitada, mas real.

Nos EUA, a entrada na Guerra do Vietnã era apresentada como uma necessidade para a “defesa da liberdade contra o comunismo”. Em plena guerra fria, os círculos dirigentes do imperialismo estadunidense desenvolviam no país, sucessivas e históricas campanhas anticomunistas. Mas todos sabem que, por trás desse tipo de argumento, há sempre interesses concretos. O historiador Howard Zinn (2) cita o relatório de uma comissão de inquérito do Congresso estadunidense, segundo o qual o Sudeste asiático “apresenta um clima vantajoso, um solo fértil, inúmeros recursos naturais”.



Saigon, abril de 1975: o povo festeja a entrada dos tanques da República Democrática do Norte e derrotar as tropas dos EUA

Barbárie e selvageria

Para entrar oficialmente em guerra, em agosto de 1964, o presidente Lyndon Johnson e seu secretário de Defesa, Robert McNamara, mentiram ao povo estadunidense. Acusaram o Vietnã do Norte de ter atacado contra torpedeiros estadunidenses nas águas internacionais do Golfo de Tonkin, o que era totalmente falso.

Ao enfrentar o país imperialista mais poderoso e mais armado do mundo, o povo vietnamita conheceu o inferno. A aviação estadunidense realizou bombardeios praticamente ininterruptos durante dez anos, utilizando os produtos químicos mais tóxicos e mais destrutivos, como o fósforo branco, o napalm e o agente laranja, jogando sobre o pequeno país três vezes mais bombas do que sobre a Europa e a Ásia durante a 2ª Guerra Mundial! No solo, no início de 1968, mais de 50 mil soldados estadunidenses estavam engajados na guerra e, aos bombardeios, se juntaram as atrocidades cometidas pelas tropas estadunidenses e sul-vietnamitas.

Poucas palavras podem dar conta de explicar a barbárie e a selvageria com a qual o comando estadunidense martirizou o povo do Vietnã, do qual o general Westmorland, comandante-em-chefe, dizia que queria “fazer voltar à Idade da Pe-

dra”! Mas, apesar de toda a sua força militar, o imperialismo não venceu a resistência do povo vietnamita.

A direção do Partido Comunista Vietnamita (que estruturou o Vietcong, como havia feito com o Vietminh contra os franceses) era de natureza burocrática e estava submetida à política de “coexistência pacífica”. Mas teve de reforçar a resistência popular, pelo conteúdo social dado ao movimento para vencer. Em 1967, um relatório do Congresso estadunidense reconhecia que, nas zonas que controlavam, “os vietcongs aboliram a dominação dos proprietários de terras e concederam terras, pertencentes aos proprietários ausentes e ao governo vietnamita, aos camponeses sem terra e àqueles que [cooperavam] com as autoridades vietcongs”. Essa é a origem da popularidade do Vietcong no Vietnã do Sul. E é daí que as massas tiram a força e a coragem necessárias para resistir ao enorme poderio estadunidense.

Movimento nos EUA

A excepcional resistência vietnamita encontrou apoio considerável no movimento contra a Guerra do Vietnã que desenvolveu em todo o mundo e, sobretudo nos EUA: “Nos Estados Unidos, algumas das primeiras manifestações contra a guerra emanaram do movimento

pelos direitos civis. A experiência dos negros com o governo estadunidense os levava a duvidar de qualquer declaração segundo a qual ele lutava em defesa da liberdade”.

À medida que a guerra continuava, o movimento antiguerra se reforçou e assumiu diferentes formas: recusa de incorporação, manifestações cada vez mais amplas (em 15 de outubro de 1969, 2 milhões de pessoas em todo o país), movimento de veteranos do Vietnã contra a guerra etc. Essa oposição à guerra, que vinha das camadas mais profundas do país, associada à situação econômica catastrófica dos EUA, onde a população começava a fazer a ligação entre a pobreza e a guerra, impediu o governo estadunidense de tentar salvar o regime do Vietnã do Sul quando ele começou a afundar, na primeira metade dos anos 1970.

A resistência do povo vietnamita, que não deixou nenhuma possibilidade de vitória ao imperialismo estadunidense, juntamente com o movimento antiguerra nos EUA, conduziu à derrocada de 30 de abril de 1975. O jornalista C. L. Sulzberger escreveu no “New York Times”, em maio de 1973, que os estadunidenses haviam perdido a guerra não no Vale do Mekong (Vietnã), mas no do Mississipi (EUA). Howard Zinn tem razão ao responder: “Na verdade, os EUA perderam a guerra tanto no Vale do Mekong quanto no do Mississipi. Foi a primeira derrota evidente do império estadunidense edificado depois da 2ª Guerra Mundial. E essa derrota foi infligida tanto por camponeses revolucionários no exterior quanto por um incrível movimento de protesto na própria América”.

S. K. Kozar

(artigo publicado no jornal “Informações Operárias”, do Partido Operário Independente da França)

1) O Vietcong (Frente Nacional de Libertação) era vinculado ao Vietminh, frente que agrupou várias organizações, entre as quais o Partido Comunista Vietnamita, dirigido por Ho Chi Minh. O objetivo dessa frente era a independência e a unidade nacional do país, que estava dividido entre Vietnã do Norte e Vietnã do Sul. A análise sobre essas frentes não é objeto deste artigo.

2) Todas as citações são extraídas da obra de Howard Zinn, “Une Histoire populaire des Etats-Unis” (Uma História popular dos Estados Unidos), Éditions Agone.

1915: os EUA invadem e pilham o Haiti

100 anos depois da primeira invasão, imperialismo impõe nova farsa eleitoral

Em 28 de julho de 1915, a pretexto de “restaurar a ordem e a estabilidade econômica”, os EUA invadiram o Haiti e assassinaram quem resistiu. Em dezembro de 1914, suas tropas já haviam entrado no país para se apoderar de 500 mil dólares em ouro, depositados no Banco Nacional do Haiti, e guardá-los em “local seguro”, em Nova York, assumindo o controle do Banco. O pano de fundo era a disputa por territórios com o imperialismo alemão.

Em agosto de 1915, os invasores organizaram uma farsa eleitoral, selecionando um presidente que assinou um acordo dando um verniz legal às violações e pilhagens e outorgou aos EUA total poder de ingerência. Por esboçar uma resistência, o parlamento haitiano foi fechado de 1917 a 1929. A ocupação durou até 1934.

Fora Minustah

Em 2015, os 100 anos dessa invasão são lembrados em meio à luta pela retirada das tropas da Minustah



Tropas da ONU garantem a ingerência dos EUA no Haiti

que ocupam o país desde 2004, comandadas pelo Brasil, para assegurar a ingerência do imperialismo EUA. Essa ocupação guarda semelhanças com a de 1915. Tumultos provocados desde fora abrem um vazio de poder. Os “marines” estadunidenses chegam para “restabelecer a ordem”. Um político entronizado pelos EUA nas funções de presidente assina um acordo ilegal autorizando a ocupação militar. A ONU – que não existia em

1915- terceiriza a ocupação com uma “missão de estabilização”.

Alvo da resistência popular haitiana e de uma campanha internacional de repúdio é cada vez mais insustentável a presença da Minustah, ela já se retirou de seis dos nove

departamentos do país. Daí a urgência do imperialismo para garantir eleições pelas quais possa selecionar dirigentes nativos que preservem seus interesses.

Depois que uma intervenção direta da diplomacia estadunidense levou os últimos recalcitrantes da oposição a participar, as eleições estão marcadas para 9 de agosto (administrações locais, deputados e senadores) e, em outubro, para presidente.

O Conselho Eleitoral Provisório montado contraria normas constitucionais. Três semanas antes do 9 de agosto os locais de votação ainda não eram conhecidos.

Missões imperialistas – sob tutela dos EUA – infestam o Haiti para “garantir a lisura” do pleito. O Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD) “supervisiona” as eleições cobrando 7% das doações internacionais e 3% da dotação orçamentária do governo haitiano.

No plano econômico, uma onda especulativa provocou violenta desvalorização da moeda local (o gourde) frente ao dólar, agravando ainda mais as já terríveis condições de vida da grande maioria da população – a imigração haitiana ao Brasil é uma das consequências da total falta de perspectivas no país.

A defesa da soberania do Haiti é tarefa de todas as organizações dos trabalhadores do continente.

Rafael Potosi

Turquia está sendo levada ao caos

Exigência de paz une o partido de origem curda HDP e outras organizações

Um atentado reivindicado pelo Estado Islâmico (EI), em 20 de julho, provocou 32 mortes durante reunião de membros da Federação das Associações de Jovens Socialistas de Istambul, em Suruç, perto da fronteira da Turquia com a Síria. Os jovens iriam participar da reconstrução da cidade (de maioria curda) de Kobane, na Síria, que conseguiu repelir uma ofensiva do EI. Os curdos vivem, como minoria nacional, em vários países da região, entre os quais Turquia, Síria e Iraque.

Esse atentado mostrou mais uma vez a proteção que o Estado turco dá a grupos jihadistas, que utilizam o território da Turquia. Foi também um ponto de inflexão, porque levou o governo turco de Erdogan, do partido AKP (dito islamita moderado), a participar de maneira direta na coalizão internacional contra o jihadismo. Pela primeira vez, a aviação turca realizou operações contra as posições jihadistas, e o governo autorizou o uso de bases militares turcas pelo exército dos EUA.

O AKP considera, porém, os rebeldes curdos o inimigo principal. Por isso, continuam a ocorrer ataques militares contra as bases do PKK

(partido curdo que desenvolvia uma luta armada contra o Estado turco). Essa repressão visa a forçar o HDP – partido de origem curda que obteve 14% dos votos nas recentes eleições legislativas – a escolher “entre as armas ou a democracia”.

Repressão

Por iniciativa do HDP, e com o apoio de 120 outras organizações, uma grande manifestação estava convocada para 26 de julho, em Istambul, em torno da exigência de paz. Ela foi proibida pelo governo provisório do AKP, e seus organizadores pediram à população que permanecesse em casa.

O governo da cidade deu ordens para que a polícia atirasse em eventuais manifestantes, e a sede da confederação sindical dos servidores (Kesk) foi atacada. Cerca de sete mil policiais realizaram operações em todo o país contra a juventude do partido curdo e outras organizações. A situação política é tensa, com o país sendo empurrado ao caos. Daí a importância do combate pela paz.

Correspondente

Eleições na Argentina

“Primárias” para escolha dos candidatos a presidente ocorrem em 9 de agosto (*)

Após três presidências do casal Kirchner, do Partido Justicialista, o seu candidato único na “primária” é Daniel Scioli, governador da província de Buenos Aires, acusado de “neoliberal” no meio sindical e popular peronista, mas com o candidato a vice-presidente Carlos Zanini, de origem maoísta, de “guardião”.

Para além dos discursos, a crise econômica já aparece no horizonte, com demissões e tentativas de bloquear aumentos de salário, voltando a conversa do ajuste. Houve greves gerais nos últimos anos.

O empresário Mauricio Macri, do PRO (Proposta Republicana), deve ser o candidato da coalizão da direita com a UCR. Com menos chances, vem a Frente Renovadora de Sergio Massa e Margarita Stolbizer da coalizão Progressistas de centro-esquerda.

Na esquerda, partidos que reivindicam o trotskismo formaram a Frente de Esquerda dos Trabalhadores (FIT), com o candidato a presidente Jorge Altamira (do Partido Operário, antes ligado ao PCO brasileiro), mais o Partido dos Trabalhadores pelo Socialismo e a Esquerda Socialista (que vem do “morenismo” do PSTU e Lu-

ciana Genro). A FIT tenta capitalizar delegados e “comissões internas” combativas nas empresas.

Victor de Gennaro, vindo da esquerda cristã, ex-dirigente sindical com laços na CUT e no PT, será candidato pela Frente Popular, coalizão da sua Unidade Popular, com o Partido do Trabalho e do Povo (PTP) de origem maoísta. Os dirigentes mais importantes de UP são da Central de Trabalhadores da Argentina-Autônoma (CIA-A), crítica do governo nacional desde 2010.

As eleições presidenciais ocorrem em 25 de outubro. Voltaremos ao tema.

Correspondente

(*) A “primária” aberta elimina quem não alcançar 1,5 % dos votos válidos. Seu caráter democrático é duvidoso, pois eleitores não comprometidos com a vida do partido decidem e não a militância. A “primária” tentou resolver a crise da representação política depois da grande revolta de 2001, quando explodiu o bipartidismo pós-ditadura militar (1976-83), do partido peronista e da debilitada União Cívica Radical (UCR).

O necessário debate sobre a Grécia

Todos os países, em particular o Brasil, estão confrontados às políticas de “austeridade”

Um alto funcionário do FMI alerta: “Depois da crise [de 2007-2009] o mundo é um lugar de alto endividamento. A Grécia pode ter sido apenas uma advertência: episódios similares poderão acontecer”. Portanto, para os militantes que lutam em defesa dos direitos dos trabalhadores, contra as consequências da putrefação capitalista, é essencial apropriar-se das lições da situação grega para preparar os choques que virão.

1- Qual a origem da dívida?

Ao contrário da caricatura que tentam pintar, a dívida grega não tem nada a ver com um povo “perdulário” que “gastou mais do que podia”. O maciço endividamento da Grécia foi decidido e organizado pela União Europeia e pelos fundos financeiros que instrumentalizam suas instituições. Em 2001, quando a Grécia entrou na zona do euro com base numa contabilidade falsa que o banco Goldman Sachs ajudou a apresentar, o que a União Europeia pretendia era abrir, a todo custo, novos mercados para grandes grupos industriais – principalmente alemães. Daí as enormes facilidades de endividamento público e privado bruscamente acessíveis à Grécia.

Por outro lado, uma auditoria da dívida contraída a partir de 2010 mostrou seu caráter fraudulento, como explicou Maria Lucia Fattorelli em entrevista à Carta Capital: essa dívida “é o resultado de um grande esquema idealizado para o salvamento dos grandes bancos privados europeus, afetados pela bolha de 2008. Esquemas ilegais e fraudulentos foram criados para fazer esse salvamento, como a empresa FSF (em Luxemburgo) hoje tida como a maior credora da Grécia. É uma empresa de fachada. Que troca as garantias dos países por papéis poderes em poder dos bancos, usando o sistema da dívida.”



Povo grego comemora o resultado do plebiscito de 5 de julho

2- Qual o conteúdo do acordo de 13 de julho?

Contrariando o resultado do plebiscito de 5 de julho, que deu um sonoro Não aos planos de austeridade, o governo Syriza capitulou diante da UE e aceitou um plano para o pagamento da dívida considerado um atentado à soberania nacional da Grécia. São medidas da mais dura austeridade, tais como:

- aumento do imposto ao consumo provocando alta de preços de gêneros de primeira necessidade;
- redução no valor das aposentadorias;
- criação de gatilho automático para cortar gastos se não for cumprida a meta de superávit fiscal;
- amplo programa de privatizações para estatais e serviços públicos;
- desregulamentação do trabalho, facilitação das demissões, inclusive coletivas;
- revogação de leis do governo Syriza que concederam benefícios à população;
- retorno à Atenas da troika (Banco Central Europeu, FMI e Comissão Europeia)

3- É possível democratizar as instituições da União Europeia?

Depois da vitória do Syriza, dizia-se que uma ampla frente deveria

se constituir ao seu redor, para “reorientar” a construção europeia, “reformular” o Banco Central Europeu. A estratégia da chamada “esquerda radical” era a de fazer uma campanha geral para que a União Europeia “voltasse” às suas pretensas origens com o apoio de toda a “esquerda europeia” (“uma outra Europa é possível” é seu slogan).

Essa estratégia impediu que se preparasse os trabalhadores - apoiados em seus sindicatos e sustentados pela população - para o choque com o Banco Central da Grécia, com os principais bancos do país que, metodicamente, organizaram a evasão de divisas em direção a Londres e Frankfurt.

A armadilha na qual o Syriza colocou o povo grego é o resultado da política de negociações para “reorientar” a UE. Ela revelou-se pelo que é: um discurso “de esquerda” que faz o acompanhamento das imposições do capital financeiro e cobre a capitulação diante delas.

4- O que significa a ruptura com a União Europeia?

Uma das mais importantes lições a tirar da situação na Europa é que toda política que pretende ser de

ruptura com o capital financeiro e seu instrumento, a União Europeia, só pode ser efetiva se estiver concentrada na construção dos pontos de apoio para a classe operária tomar em suas mãos a sequência de medidas práticas que vão exigir que vá até o fim o movimento pelo qual a própria classe operária se confronta com o governo cuja linha seja integrar-se às instituições da União Europeia. Medidas, no caso da Grécia, tais como o confisco dos armadores (indústria naval para a marinha mercante), dos proprietários de terras, das redes hoteleiras, dos especuladores especializados na evasão de capitais, os meios indispensáveis à restauração do funcionamento do sistema de saúde, ao pagamento de salários dos servidores e das aposentadorias, à edificação de um aparato produtivo, engajando-se concretamente no desmantelamento das instituições da União Europeia

A questão da “ruptura”, do verdadeiro combate pelo socialismo, se concentra portanto na capacidade que os militantes operários, conscientes de suas responsabilidades, saberão ter para ajudar concretamente sua classe a impor suas reivindicações, a realizar a unidade de suas organizações e conservar o controle do seu movimento.

Também no Brasil, guardadas todas as particularidades nacionais de um país semi-colonial (e não um país imperialista como é a Grécia) os trabalhadores estão diante de um governo no qual depositaram suas esperanças, mas que capitula diante do capital financeiro. E, também aqui, a única resposta que atende aos interesses da classe operária é a defesa intransigente de todas e de cada uma das reivindicações populares e nacionais, contra o ajuste fiscal do Plano Levy.

A VERDADE
REVISTA TEÓRICA DA 4ª INTERNACIONAL

GRÉCIA REFLEXÕES
SOBRE A SITUAÇÃO

Edmund Baluku (1933-2015): operário revolucionário, sindicalista, dirigente político

O que significa a “normalização” das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba

ISSN 1980-1101
Número 85
JULHO DE 2015

O destaque da edição são os artigos dando conta da chegada ao poder na Grécia do Syriza, como fruto da oposição do povo grego aos planos de ajuste estrutural do FMI e da União Europeia, que devastam a economia do país em nome do pagamento da dívida com os credores.

Preço: R\$20,00

Adquira seu exemplar com os militantes de O Trabalho

Assine O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$45,00 24 edições: R\$90,00 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por carta ou site: www.otrabalho.org.br
Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone/fax: (11) 2613-2232